

ANA DE LOURDES COUTINHO SILVA PISTILLI
Desembargadora do Tribunal de Justiça de São Paulo.
Bacharel em Direito e mestre em Direito Processual Civil pela Faculdade
de Direito da Universidade de São Paulo.

MANDADO DE SEGURANÇA E COISA JULGADA

Editora Atlas

São Paulo, 2006

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Pistilli, Ana de Lourdes Coutinho Silva

Mandado de segurança e coisa julgada / Ana de Lourdes Coutinho
Silva Pistilli. — São Paulo: Atlas, 2006. — (Coleção Atlas de
Processo Civil / coordenação Carlos Alberto Carmona)

ISBN 85-224-4425-0 (obra completa)

ISBN 85-224-4553-2

Bibliografia.

1. Coisa julgada - Brasil 2. Mandado de segurança - Brasil 3.
Processo civil - Brasil I. Carmona, Carlos Alberto. II. Título. III.
Série.

06-7557

CDU-342.722:347.953(81)

SUMÁRIO

Apresentação, xi

Prefácio, xiii

1 Considerações Iniciais, 1

2 Tempo e Processo, 3

- 2.1 Efetividade e tempestividade da tutela jurisdicional, 3
- 2.2 Tempo, técnica da cognição e tutela jurisdicional, 5
- 2.3 Tempo, tutela jurisdicional e tutela jurisdicional diferenciada, 8

3 Tutela Jurisdicional Diferenciada, 11

- 3.1 Introdução: tutela "a pessoas" ou a "grupo de pessoas", 11
- 3.2 Crises jurídicas e espécies de tutelas jurisdicionais, 15
- 3.3 Técnica processual e tutelas jurisdicionais diferenciadas, 17
- 3.4 Tutela jurisdicional diferenciada e mandado de segurança, 21
- 3.5 Procedimento especial do mandado de segurança e as sentenças "mandamentais", 24
 - 3.5.1 Sobre a natureza jurídica das sentenças mandamentais, 26
 - 3.5.2 A sentença mandamental e sua execução no mandado de segurança, 32
 - 3.5.3 Aspectos penais do descumprimento da sentença mandamental rio mandado de segurança, 37
 - 3.5.4 Sobre a impossibilidade da decretação da prisão civil da autoridade responsável pelo pagamento de débito alimentar ordenado em mandado de segurança, 41

4 "Direito Líquido e Certo" como Requisito de Ordem Processual, 44

- 4.1 Visão constitucional. Aspectos gerais, 44
 - 4.1.1 Origem e dados históricos, 50
- 4.2 Mandado de segurança e direito líquido e certo: abordagem inicial, 54
- 4.3 A expressão direito líquido e certo, 55
- 4.4 Direito líquido e certo como conceito processual, 59
- 4.5 Juízo de admissibilidade e juízo de mérito, 61
- 4.6 Juízo de admissibilidade e juízo de mérito no mandado de segurança, 62
- 4.7 Da inviabilidade de dilação probatória no mandado de segurança, 64

4.8 Prova pré-constituída como condição específica do mandado de segurança, 66

4.9 A insuficiência (ou ausência) de prova no mandado de segurança como causa de extinção do processo sem exame do mérito (falta de condição da ação) e não como julgamento do mérito, 77

4.9.1 Evolução do conceito de ação, 77

4.9.2 O exame das condições da ação. A chamada "teoria da asserção". As condições da ação como matéria de mérito e como questões de mérito, 81

4.9.3 As condições da ação e a visão instrumentalista, 85

4.9.4 Condições da ação e mérito: momento para apreciação e o tratamento legislativo contido nos arts. 267 e 269 do Código de Processo Civil, 87

4.9.5 Cognição realizada para avaliação da presença do interesse-adequação e para o efetivo julgamento do mérito no mandado de segurança: conclusão parcial, 89

5 Da Cognição no Mandado de Segurança, 93

5.1 Cognição e efetividade da tutela do direito, 93

5.2 Cognição: plano horizontal e plano vertical, 94

5.3 A técnica da cognição plena e exauriente secundum eventum probationis, 98

5.4 Cognição plena e exauriente secundum eventum probationis e o mandado de segurança, 100

5.4.1 Distinções acerca da cognição e da formação da coisa julgada no mandado de segurança e nas ações popular e civil pública, 103

5.4.2 Cognição na concessão de medida liminar no mandado de segurança (Lei n 2 1.533/51, art. 7ª, inciso II), 104

5.5 A título de conclusão parcial: o direito à adequada tutela jurisdicional, o direito à cognição adequada e o procedimento do mandado de segurança, 107

6 Da Coisa Julgada no Mandado de Segurança, 112

6.1 Formalismo processual, procedimento e princípio da adequação, 112

6.2 Algumas digressões sobre a coisa julgada, 115

6.3 Coisa julgada e mandado de segurança, 125

6.4 Cognição exauriente secundum eventum probationis e coisa julgada no mandado de segurança, 133

7 Cognição e Coisa Julgada no Mandado de Segurança, à Luz da Efetividade do Processo, 139

8 A Título de Conclusão, 147

Referências, 151